

Relatório de Final
Janeiro 2022

Pedreira Pegões Velhos

**Estudo de Impacte Ambiental: descritor património arqueológico,
arquitectónico e etnográfico**



Adelaide Pinto
João Maurício

20.166.EIA

workview®


sobritas
BRITAS E AREIAS

Ficha Técnica

Pedreira Pegões Velhos

Os trabalhos de prospecção arqueológica, foram realizados no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental do descriptor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico do projecto de licenciamento da Pedreira Pegões Velhos.

A Direcção Geral do Património Cultural, autorizou o plano de trabalhos através do ofício n.º S/2021/567568, datado de 11.11.21 tendo estes sido realizados no dia 15 de Novembro 2022.

A equipa afecta aos trabalhos arqueológicos foi a seguinte:

Coordenador do Projecto e Responsável Científico

Maria Adelaide Pinto

Trabalhos de Campo

João Maurício e Maria Adelaide Pinto

Realização de Relatório

Maria Adelaide Pinto e João Maurício

Cartografia

Joaquim Pinhão

Torres Novas, 16 de Janeiro 2022

A responsável,

Maria Adelaide Pinto

Índice

1. Caracterização da situação de referência	4
1.1. Introdução	4
1.2. Metodologia	5
1.2.1. Considerações gerais	5
1.2.2. Recolha de informação	6
1.2.3. Trabalho de campo	6
1.2.4. Registo e inventário	7
1.3. Resultados	7
1.3.1. Geomorfologia	7
1.3.2. Toponímia	7
1.3.3. Pesquisa bibliográfica	9
1.3.3. Prospeção arqueológica	9
1.4. Projecção da situação de referência	13
1.5. Síntese	13
2.1. Introdução	14
2.2. Análise de impactes	15
3. Medidas de minimização e/ou compensação dos impactes negativos e recomendações	16
Bibliografia	16

Anexo I – Registo Cartográfico

Anexo II – Registo Fotográfico

Anexo III – Plano de Monitorização

Anexo IV - Ficha de Sítio / Autorização dos Trabalhos

1. Caracterização da situação de referência

1.1. Introdução

O presente documento reporta-se à caracterização do património histórico-cultural nas vertentes arqueológica, arquitectónica e etnográfica, existente na área de implantação do projecto de licenciamento da Pedreira Pegões Velhos.

Esta caracterização permite identificar e avaliar os impactes resultantes da concretização do projecto e ainda apresentar propostas para a minimização de potenciais impactes negativos.

A pesquisa procura identificar as ocorrências patrimoniais que de alguma forma se integram na área potencial de afectação do projecto e para as quais possa advir algum tipo de impacte.

Neste âmbito são abordados todos os vestígios, edificações, imóveis classificados e outras ocorrências de valor patrimonial, enquanto testemunhos materiais, que permitem o reconhecimento da história local.

O projecto localiza-se no distrito de Setúbal, concelho do Montijo, união de freguesias de Pegões.

Implanta-se na carta militar de Portugal folhas n.º 433,434,444 e 445 à escala 1:25 000, em anexo juntam-se os excertos da carta militar e do ortofotomapa.



Imagem 1 – Implantação da área do projecto na cartografia militar (CMP 433,434,444 e 445) (s/escala).

O projeto, visa a junção de duas explorações já existente, numa só, assim com a junção de outras áreas na envolvente destas. Este projeto irá denominar-se *"Pegões Velhos"*, pertencente à *"Sobritas Sociedade de Britas e Areia, Lda."* e trata-se de uma exploração de areias e argilas, com uma área de 335.250 m². Pretende-se ainda a instalação de uma unidade de lavagem e classificação de areias na zona sul da área a licenciar.



Imagem 2 – Enquadramento da área do projecto

1.2. Metodologia

1.2.1. Considerações gerais

A elaboração do estudo de caracterização das ocorrências patrimoniais envolveu três etapas essenciais:

- Pesquisa documental;
- Trabalho de campo de prospecção arqueológica e reconhecimento de elementos construídos de interesse arqueológico, arquitectónico e etnográfico;
- Sistematização e registo sob a forma de inventário.

Consideram-se relevantes os materiais, os sítios e as estruturas integrados nos seguintes âmbitos:

- Elementos abrangidos por figuras de protecção, nomeadamente, os imóveis classificados ou outros monumentos e sítios incluídos nas cartas de condicionantes dos planos directores municipais e planos de ordenamento territorial;
- Elementos de reconhecido interesse patrimonial ou científico, que não estando abrangidos pela situação anterior, constem em trabalhos de investigação, em inventários da especialidade e ainda aqueles cujo valor se encontra convencionado;
- Elementos singulares de humanização do território, representativos dos processos de organização do espaço e da exploração dos recursos naturais em moldes tradicionais;

Como resultado, analisa-se um amplo espectro de realidades ao longo do presente estudo:

- Vestígios arqueológicos em sentido estrito (achados isolados, manchas de dispersão de materiais, estruturas parcial ou totalmente cobertas por sedimentos);
- Vestígios de rede viária e caminhos antigos;
- Vestígios de mineração, pedreiras e outros indícios materiais de exploração de recursos naturais;
- Estruturas hidráulicas e industriais;
- Estruturas defensivas e delimitadoras de propriedade;
- Estruturas de apoio a actividades agro-pastoris;

- Estruturas funerárias e/ou religiosas;

1.2.2. Recolha de informação

A pesquisa bibliográfica permite traçar o enquadramento histórico da área em estudo e obter uma leitura integrada dos achados referenciados no contexto da ocupação humana do território.

Com o levantamento toponímico pretende-se identificar designações que reportam a existência de elementos construídos de fundação antiga, designações que sugerem tradições lendárias locais ou topónimos associados à utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais.

As características próprias do meio determinam a especificidade e a implementação mais ou menos estratégica de alguns valores patrimoniais. As condicionantes do meio físico reflectem-se ainda na selecção dos espaços onde se instalaram os núcleos populacionais e as áreas nas quais foram desenvolvidas actividades depredadoras ou produtivas ao longo dos tempos.

A abordagem geomorfológica do território é fundamental na interpretação das estratégias de povoamento e de apropriação do espaço, bem como na planificação das metodologias de pesquisa de campo e na abordagem das áreas a prospectar.

A recolha de informação incidiu sobre elementos de natureza distinta:

- Levantamento bibliográfico, com desmontagem comentada do máximo de documentação específica disponível, de carácter geral ou local;
- Levantamento toponímico e fisiográfico, baseado na Carta Militar de Portugal, à escala 1: 25 000 (folhas n.º433,434,444 e 445) com recolha comentada de potenciais indícios;
- Levantamento geomorfológico, baseada na Carta Geológica de Portugal, à escala 1:50 000 (folha n.º 35-C);

O levantamento bibliográfico teve as seguintes fontes de informação:

- Inventários patrimoniais de organismos públicos (DGPC, IP; IRHU);
- Bibliografia especializada de âmbito local e regional;
- Planos de ordenamento e gestão do território;

A pesquisa incidente sobre documentação cartográfica e bibliográfica leva à obtenção de um levantamento sistemático de informação de carácter histórico, fisiográfico e toponímico;

Com este levantamento pretende-se identificar indícios potencialmente relacionados com vestígios e áreas de origem antrópica.

1.2.3. Trabalho de campo

Nos termos da Lei (Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos) os trabalhos de prospecção arqueológica foram previamente autorizados pela DGPC, IP.

Procurou-se desempenhar as seguintes tarefas:

- Reconhecimento dos dados recolhidos durante a fase de pesquisa documental;
- Constatação dos indícios toponímicos e fisiográficos que apontassem para a presença no terreno de outros vestígios de natureza antrópica (arqueológicos, arquitectónicos ou etnográficos) não detectados na bibliografia;

- Constatação dos indícios toponímicos e fisiográficos que apontassem para a presença no terreno de vestígios de natureza espeleológica;
- Recolha de informação oral junto dos habitantes e posterior confirmação de dados ou indícios de natureza patrimonial;
- Prospeção arqueológica sistemática da área do projecto, apoiada na sua projecção cartográfica e georeferenciação com GPS.

1.2.4. Registo e inventário

Posteriormente à recolha de informação e levantamento de campo, o registo sistemático e a elaboração de um inventário faculta uma compilação dos elementos identificados.

Para o registo de ocorrências patrimoniais, é utilizada uma ficha-tipo cujo modelo apresenta os seguintes campos:

- N° de inventário,
- Identificação (topónimo, categoria, tipologia, cronologia);
- Localização geográfica (CMP, coordenadas e altimetria);
- Localização administrativa (concelho e freguesia);
- Descrição (sítio/monumento/estrutura e espólio, referências bibliográficas);

O inventário é materializado na Carta do Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico. A cartografia tem como base a Carta Militar de Portugal 1:25 000 e as coordenadas de implantação das realidades inventariadas são expressas através do sistema Gauss (Graus Decimais).

A análise cartográfica é fundamental para:

- Representação dos trabalhos de prospeção efectuados;
- Identificação dos espaços de maior sensibilidade patrimonial, implantação das ocorrências patrimoniais identificadas e delimitação de zonas que possam vir a ser objecto de propostas de protecção e/ou de medidas de intervenção específicas;
- Representação das condições e visibilidade do solo.

O estudo contém ainda a documentação fotográfica de referência, ilustrativa dos testemunhos patrimoniais identificados e da sua integração espacial e paisagística.

1.3. Resultados

1.3.1. Geomorfologia

A área em estudo integra-se, em termos morfo-estruturais, na Orla Meso-Cenozóica Ocidental, unidade que se encontra delimitada pelo Maciço Hespérico e que se estende, grosso modo, desde a Península de Setúbal até ao norte de Aveiro.

Em termos de meso-escala, a área insere-se nas vastas planícies do Ribatejo, que, como referencia Daveau (Daveau, 1970), correspondem à bacia sedimentar do Tejo.

A cartografia geológica específica para a área em estudo, corresponde à folha 35 –C, que pode ser observada NA Imagem 2. Geologicamente, as areias superficiais (As) caracterizadas por Zbyszewski e Veiga Ferreira (1968), encontram-se muito desenvolvidas na margem esquerda do Tejo, desde Vale de Cavalos até Samora Correia. As referidas areias estão localizadas, na região abrangida pela referida folha, apenas nos extremos N e NW, na periferia do campo de tiro de Alcochete. Trata-se, por vezes de areias eólicas, mas também de areias provenientes da lavagem das vertentes e da desagregação das formações greso-arenosas miocénicas e pliocénicas, que vão cobrir os níveis de terraços de 10-15m.

Do Plistocénico encontram-se ainda representados os referidos terraços (areias e cascalheiras de antigos terraços) que se observam ao longo das principais linhas de água da região. Dos vários conjuntos de cascalheira representados, há que destacar o nível existente a E do campo de tiro de Alcochete. Este nível corresponde aos terraços de 10-15m da ribeira do vale do Coirão.

A cartografia geológica reconhece, na área em estudo, o desenvolvimento do "Pliocénico marinho... que parece ter coberto a maior parte da península de Setúbal entre Lisboa e a Serra da Arrábida, formando um vasto golfo que avança até Montijo e Pinhal Novo" (ZBYSZEWSKI e FERREIRA, 1968). Caminhando para Oeste as formações marinhas passam para formações de origem continental. Assim no mapa em análise separam-se duas realidades:

- Complexo pliocénico predominantemente gresoso (P), contemporâneo da parte superior da península de Setúbal, que cobre uma extensa área entre o campo de tiro de Alcochete, Pegões, Canha, proximidades do v.g.Bombel, Piçarras, Landeira e Rio Frio;
- Complexo argilo-gresoso (MP), mais baixo, que apresenta maior desenvolvimento na parte oriental do mapa.

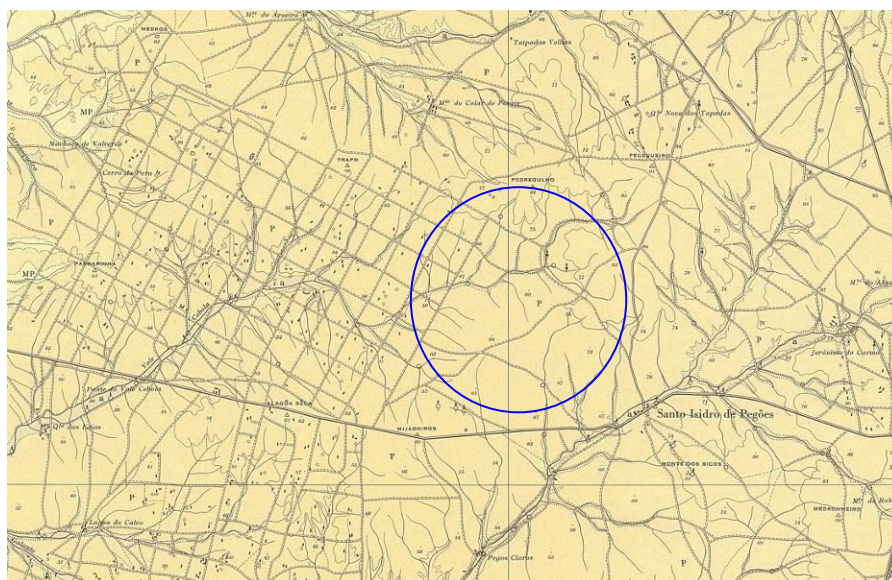


Imagem 3– Enquadramento geológico do projecto (folha 35 –C).

Como verificamos a área em estudo enquadra-se na bacia terciária do Baixo Tejo, que conflui com a bacia do Sado e com o relevo da Serra da Arrábida. As características do meio físico vão sem dúvida reflectir-se na selecção dos espaços onde as comunidades humanas se estabeleceram e desenvolveram as suas actividades.

Desde cedo os ambientes fluviais vão ser procurados, quer pela proximidade da água, fonte essencial de vida, quer como fonte de matéria-prima.

Desta forma a análise de geomorfologia de uma região é fundamental na interpretação das estratégias de povoamento e consequentemente na adopção de metodologias de trabalho de prospecção.

1.3.2. Toponímia

Frequentemente, através do levantamento toponímico, é possível identificar designações com interesse, que reportam a existência de elementos construídos de fundação antiga, designações que sugerem tradições lendárias locais ou topónimos associados à utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais. As características da paisagem, do coberto vegetal e mesmo da hidrologia, encontram-se visíveis na toponímia, mostrando assim a sua importância na vivência das populações. Exemplos desta situação são:

- "Figueiras", "Bairro da Azinheira", "Quinta do Pinhal", "Pessegueira", "Quinta das Camélias";
- "Pegões", "Fonte do Nico", "Fonte das Águas".

A presença humana na região encontra-se também marcada na toponímia, como se pode observar nos topónimos:

- "Quinta das Cepas", "Monte do Santana", "Quinta do Barruaça", "Quinta Gouveia", "Foros da Craveira do Norte", "Quinta Vera Cruz".

1.3.3. Pesquisa bibliográfica

A bacia sedimentar do baixo Tejo apresenta inúmeras formações detríticas com enorme interesse arqueológico, conhecem-se numerosas jazidas de indústrias paleolíticas, sobretudo concentradas na área das cascalheiras dos terraços do Tejo e também em alguns terraços dos vales afluentes. No entanto na área do projecto, nomeadamente na união de freguesias de Pegões, não se conhecem quaisquer ocorrências arqueológicas, desta forma o nosso enquadramento vai abarcar também a freguesia da Canha.

Trabalhos arqueológicos de prospecção realizados no âmbito da elaboração da Carta Arqueológica do Montijo, bem como em outros relacionados com estudos de impacto ambiental, revelaram a existência de várias estações arqueológicas atribuídas à Pré-história indeterminada, com localização na freguesia da Canha: "Courela da Figueira", "Monte de São Julião", "Herdade da Abegoaria" e "Canha- Cemitério Oriental". Os referidos sítios caracterizam-se pelo aparecimento de achados avulsos de material lítico sem contexto arqueológico (www.dgpc.pt). Com uma cronologia mais precisa atribuída ao Paleolítico Médio referem-se os sítios: "Courela dos Mendes" e "Monte do Contador", ambas caracterizadas pela presença de indústria lítica onde predomina o quartzito (www.dgpc.pt).

As linhas de água mais próximas do Tejo vão favorecer a concentração da ocupação em época Romana, no entanto, inserido nas freguesias em análise, conhece-se apenas um sítio romano. Denominado "Herdade do Escatelar" e localizado nas margens de uma linha de água, o sítio caracteriza-se pelo aparecimento de cerâmica comum várias, fundos de ânfora, dólios, denários e um fragmento de mosaico (www.dgpc.pt).

Dos períodos que se seguem poucos vestígios arqueológicos se conhecem, parece que desde a reconquista até ao século passado esta região se manteve despovoada e inculta, factor em grande parte relacionado com a falta de água doce. À excepção de algumas áreas específicas o povoamento ocorreu de forma isolada em pequenos núcleos rurais. Com o objectivo de inverter esta situação os monarcas vão, a partir do século XIV, fixar as populações nas zonas rurais tentando diminuir o despovoamento. Assim é visível ainda hoje a divisão das propriedades em foros de distintas dimensões, que marcam indubitavelmente a paisagem.

A ocupação humana do território é igualmente marcada pela presença de património arquitectónico, nomeadamente de carácter religioso. Assim na freguesia da Canha destacam-se as igrejas: "Nossa Senhora da Oliveira (Paroquial)" e da "Misericórdia (Ermida de São Sebastião)" e na freguesia de Santo Isidro de Pegões a igreja de "Santo Isidro de Pegões". De interesse arquitectónico mas de carácter civil e infraestrutural destacam-se o "Antigo Hospital/Lar da 3.ª Idade" (Canha) e o "Fontanário de Pegões Velhos" (St.º Isidro de Pegões) (www.monumentos.pt).

Como já foi referido, no entorno imediato do projecto não se conhecem vestígios de carácter arqueológico, etnográfico ou arquitectónico, exceptuando as duas ocorrências de carácter arquitectónico referidas anteriormente: "Igreja de Santo Isidro de Pegões" e "Fontanário de Pegões Velhos".

De forma a sistematizar a informação bibliográfica e documental recolhida, apresenta-se um quadro síntese do referido património, em anexo pode ser vista a sua implantação na cartografia militar (Anexo I, Figura 1).

CNS	Designação	Tipo de Sítio Período	Concelho Freguesia CMP	Coordenadas ¹	Ref. Bib.
1	Fontanário de Pegões Velhos	Fontanário Século XVIII	Montijo/ St.º Isidro de Pegões	-45611,93 -108737,62	www.dgpc.pt
2	Igreja de Santo Isidro de Pegões	Igreja Século XX	Montijo/ St.º Isidro de Pegões	-46168,64 -109377,13	www.dgpc.pt

Tabela 1 – Síntese do património inventariado.

1.3.4. Prospeção arqueológica

Os trabalhos de prospeção iniciaram-se nas imediações da área de incidência do projecto, através da observação da paisagem envolvente, após este primeiro contacto e analisado o carácter do impacte, prosseguiu-se com a prospeção sistemática de toda a área do projecto. De um modo geral os resultados foram parcialmente condicionados pelas condições de viabilidade do solo, que em grande parte da área foi considerada como média. Em anexo é apresentada a Carta de Visibilidade dos Solos.

Apresenta-se de seguida uma sistematização das principais características da área prospectada.

¹ Datum 73

Área já explorada ou alterada superficialmente

A quase totalidade da metade inferior do projecto, encontra-se, ou bastante alterada superficialmente, ou com níveis de exploração em profundidade. Esta exploração corresponde a fases anteriores de trabalhos, integrados nas pedreiras aqui existentes. Nesta zona do projecto encontram-se à superfície os depósitos de areias, característicos de toda a área.

Área com média visibilidade do solo

A metade superior do projecto, que encosta á antiga área de exploração, encontra-se desmatada, sendo ainda visíveis à superfície restos vegetais. Foi possível prospetar a totalidade desta área, tendo-se observado diretamente os depósitos de superfície. Para além de algum lixo comum, não foi identificado qualquer vestígio material, que possa indicar a presença humana numa fase mais antiga.

Área com reduzida visibilidade do solo

Por último será de referir, a existência, de uma pequena faixa de terreno, localizada a Este da área de exploração, com coberto vegetal denso, o que condicionou os trabalhos de prospecção.



Foto 1 – Área desmatada.



Foto 4 – Outra vista da área já desmatada.



Foto 2 – Área já explorada noutra fase.



Foto 5 – Área com reduzida visibilidade do solo.



Foto 3 – Área alterada superficialmente.

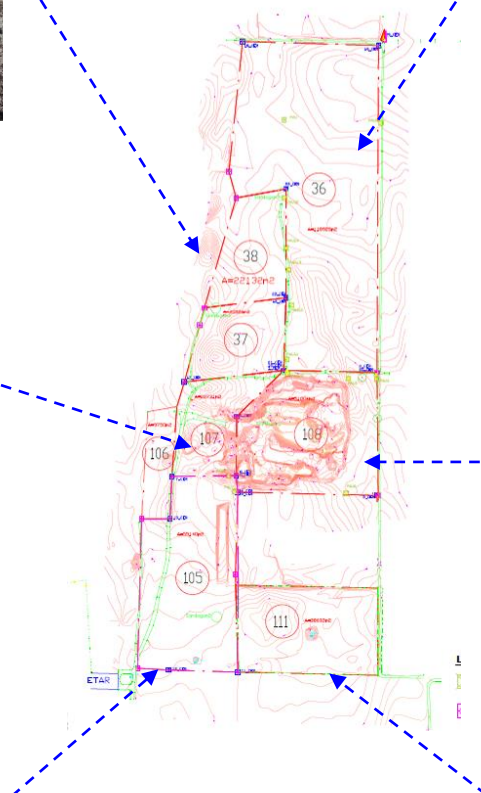


Foto 6 – Vista geral de outra área já explorada.

1.4. Projecção da situação de referência

Face ao exposto, verifica-se que a evolução da situação de referência na ausência de Projecto, *a priori*, não representa qualquer tipo de ameaça para o património arqueológico, arquitectónico e etnográfico.

1.5. Síntese

Os trabalhos de prospecção arqueológica não levaram à identificação de qualquer ocorrência patrimonial.

2. Identificação e avaliação de impactes

2.1. Introdução

Com base no estudo de caracterização realizado é estabelecido o potencial patrimonial da área de incidência do Projecto, que contribuiu para definir eventuais áreas de maior sensibilidade e determinar o grau de risco considerando a presença/ausência de vestígios arqueológicos.

Na análise dos impactes ambientais é contemplada a natureza do impacte, a sua duração e abrangência espacial e a sua significância/importância.

A Natureza do Impacte é classificada como:

- Positiva: quando existem efeitos benéficos;
- Negativa: quando existem efeitos adversos;
- Indiferente: quando não existem efeitos nem adversos nem benéficos (situação mantém-se).

Duração:

- Temporário: quando a perturbação se faz sentir apenas durante uma parte da vida do projecto sendo as condições originais restauradas naturalmente;
- Permanente: quando a perturbação se faz sentir durante todo o tempo vida do projecto e/ou para lá deste.

Abrangência Espacial:

- Local: quando os efeitos (adversos/benéficos) se fazem sentir na área geográfica do concelho;
- Regional: quando os efeitos (adversos/benéficos) se fazem sentir para lá da área geográfica do concelho.

Ao nível de análise do significado do impacte, para além da natureza do mesmo, deve analisar-se igualmente a importância específica dos elementos patrimoniais.

Esta importância é determinada a partir de uma valoração dos elementos patrimoniais estipulada de acordo com os seguintes critérios:

- Potencial científico.
- Significado histórico-cultural.
- Interesse público.
- Raridade / singularidade.
- Antiguidade.
- Dimensão / monumentalidade.
- Padrão estético.
- Estado de conservação.
- Inserção paisagística.

A partir destes critérios, foram definidos os seguintes três patamares de valor atribuíveis:

- Elevado: atribuído ao património classificado, ao património construído de valor arquitectónico e etnográfico e os sítios arqueológicos únicos.

- Médio: atribuído a sítios e estruturas com grandes potencialidades de revelar pertinência científica, sem que tenham sido alvo de investigação profunda e a vestígios de vias de comunicação enquanto estruturantes do povoamento.
- Reduzido: contempla as ocorrências com fracos indícios de valor patrimonial, elementos de valor etnográfico muito frequentes e os sítios arqueológicos definidos por achados isolados ou os sítios escavados nos quais foi verificado um interesse muito limitado.

Para avaliar os potenciais impactes do Projecto, para além do valor atribuído ao elemento arqueológico em causa, que determina a magnitude do impacte é considerada ainda a distância relativamente às infra-estruturas a construir que determina a probabilidade de ocorrência dos impactes, a qual é tanto maior quanto menor for a distância.

Definiu-se assim uma matriz de avaliação de impactes tendo por base estes parâmetros e as seguintes escalas de gradação:

- Magnitude do Impacte:
 - Valor patrimonial elevado – elevada (5);
 - Valor patrimonial médio – média (3);
 - Valor patrimonial reduzido – reduzido (1).
- Probabilidade:
 - 0m (área do projecto) – impacte certo (5);
 - 0m a 25m – impacte provável (3);
 - 25m a 50m – impacte pouco provável (2);
 - Superior 50m – impacte anulável (1).

A significância dos impactes é obtida pelo produto dos parâmetros definidos, considerando-se que os limites são:

- Muito Significativos – quando Magnitude x Probabilidade ≥ 25 ;
- Significativos – quando Magnitude x Probabilidade ≥ 9 e < 25 ;
- Pouco Significativos – quando Magnitude x Probabilidade ≥ 3 e < 9 ;
- Muito pouco significativos – quando Magnitude x Probabilidade < 3 .

2.2. Análise de impactes

Genericamente, as intervenções a executar na área de projectos similares, potencialmente geradoras de impactes no âmbito arqueológico são: a desmatização, a intrusão no subsolo, nomeadamente, a movimentação e revolvimento de terras, a abertura de acessos e a implantação de zonas de descarga e entulhamento de materiais residuais, provenientes da lavra da pedreira.

Com base nos dados disponíveis, considera-se que estas acções não interferem directamente com elementos de valor patrimonial conhecidos.

3. Medidas de minimização e/ou compensação dos impactes negativos e recomendações

Em correlação com a anterior reflexão sobre os potenciais impactes do Projecto sobre valores patrimoniais, neste capítulo são apresentadas soluções concretas de minimização dos impactes negativos, inevitáveis, irremediáveis ou irreversíveis, bem como propostas soluções para uma preservação harmoniosa de elementos patrimoniais cuja integridade possa ser salvaguardada, numa perspectiva de valorização ou recuperação.

As medidas proponíveis aplicam-se de acordo com a seguinte definição da gradação de condicionantes:

- Nível 1: condicionam a obra e as acções intrusivas, impondo uma delimitação rigorosa de área protegida até 50 m em torno (conforme estabelecido na legislação).
- Nível 2: condicionantes que, embora não impeçam o prosseguimento local do projecto, impõem um estudo diagnóstico prévio, a necessidade de uma avaliação da área efectiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização.
- Nível 3: por princípio não resultam em condicionantes ao desenvolvimento do projecto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras.

A avaliação de impactes não identificou ocorrências patrimoniais passíveis de afectação, desta forma não são propostas medidas de minimização de Nível 2.

Devem, no entanto, ser aplicadas medidas de **Nível 3**, onde se enquadra o **acompanhamento arqueológico**. Este deve ser permanente, na fase de desmatção e decapagem superficial do terreno e de todas as etapas de exploração que consistem na mobilização de sedimentos (escavação, revolvimento e aterro), quando não são detectadas ocorrências que impliquem a definição de medidas particulares e pontuais.

Devem ainda ser realizados trabalhos de prospeção arqueológica, em todas as áreas classificadas com reduzida visibilidade do solo, bem como todas as eventuais áreas, não contempladas no presente estudo.

Estes trabalhos devem ser desenvolvidos, de acordo com o número de frentes, por um arqueólogo ou uma equipa devidamente credenciada para o efeito pela DGPC, e com experiência comprovada em trabalhos semelhantes e com experiência em contextos pré-históricos.

4. Síntese e Conclusões

Os trabalhos de prospecção arqueológica não levaram à identificação de sítios de interesse patrimonial, não sendo, por isso propostas outras medidas para além do acompanhamento arqueológico.

5. Integração Espólio

Não foi recolhido espólio arqueológico durante os trabalhos de prospecção.

6. Publicação

Face aos resultados obtidos com o presente estudo, considera-se suficiente a sua publicação em formato digital, no Endovélico.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. de (1988) – *O Domínio romano em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- AMARO, Clementino José Gonçalves (1987) – “A presença romana na margem esquerda do Rio Tejo”. *Arqueologia do Vale do Tejo*. Lisboa: IPPC.
- CARDOSO, João (1977) – “Novas jazidas paleolíticas dos arredores de Alcochete”. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3.
- CUNHA, José C. da, RAPOSO, José, GUERREIRO, António, ESTEVÃO, Manuel (1970) – “Caracterização Geográfica da Bacia Hidrográfica do Tejo”. *Colóquio sobre o desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Tejo*. Santarém
- DAVEAU, Suzanne (1970) – “Le Bassin Tertiaire du Teje: problèmes d’interpretation Geomorphologique”. *Finisterra*, vol. V, n.º10. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- RIBEIRO, Margarida (1964) – “Vestígios lusitano-romanos da Herdade do Escatelar”. *Revista Guimarães*. Guimarães. 74: 1-2.
- RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann e DAVEAU, Suzanne (1987) – *Geografia de Portugal: O ritmo climático e a paisagem*. vol. II. Ed. João Sá da Costa. Lisboa
- ZBYSZEWSKI, G. e FERREIRA, O. Da Veiga (1968) – Notícia Explicativa da Folha 35 –C, Santo Isidro de Pegões. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

Estudo de Impacte Ambiental da A13, sublanço Santo Estêvão – Pegões, 2000 (Policopiado)

Carta Arqueológica do concelho do Montijo

Carta Militar de Portugal à escala 1:25 000, do IGeoE, folha n.º 433,434,444,445

Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50 000, do Instituto Geológico e Mineiro, folha 35-C.

<http://www.dgpc.pt/>

<http://www.monumentos.pt/>

<http://www.cm-montijo.pt/>

Anexo I	Registo Cartográfico
----------------	-----------------------------

Anexo II

Registo Fotográfico

Anexo III

Plano de Monitorização

Anexo IV

Ficha de Sítio